

TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS E O DEBATE COM MEINONG NO *ON DENOTING*

Álex Deiwison Fiel de Andrade Candido¹

Resumo: O presente texto tem a pretensão de expor e analisar a teoria das descrições definidas do filósofo britânico Bertrand Russell (1872 – 1970), à luz das considerações por ele feitas em seu *On Denoting*, de 1905. Além disso, nos empenharemos em também fazer considerações acerca da teoria do filósofo austríaco Alexius Meinong (1853 – 1920) sobre os objetos, com a finalidade de entendermos as objeções de Russell a essa e de observarmos as diferenças entre as soluções apresentadas pelas duas teorias. Para atingirmos nosso objetivo, iremos primeiramente explicar a teoria russelliana das descrições definidas, com a finalidade de entendermos de que modo ela dá uma resposta ao problema concernente às proposições que se referem a objetos não-existentes e às proposições existenciais negativas. Uma vez exposto o problema, iremos conjecturar a solução apresentada pela teoria dos objetos de Meinong a tais questões, contrastando-a com a primeira teoria, que propõe uma análise para mostrar verdadeira forma lógica de tais proposições. Após expormos as duas teorias e suas diferentes respostas ao problema, iremos ver quais são as objeções de Russell à teoria dos objetos, para que possamos entender quais foram as dificuldades levantadas por essa que motivaram o desenvolvimento da teoria das descrições definidas.

Palavras-chave: Russell, descrição definida, lógica, existência, objeto.

Abstract: This text is intended to expose and analyze the theory of definite descriptions of the british philosopher Bertrand Russell (1872 – 1970), in the light of the considerations he made in him *On Denoting*, 1905. Besides that, we will also endeavor to make considerations about the austrian philosopher Alexius Meinong's (1853 – 1920) theory on objects in order to understand Russell's objections to it and to observe the differences between the solutions presented by the two theories. To reach our goal, we will first explain the russellian theory of definite descriptions, in order to understand how it gives an answer to the problem concerning propositions that refer to non-existent objects and existential propositions. Once exposed the

¹ Graduando do curso de licenciatura em filosofia pela UFS (Universidade Federal de Sergipe). E-mail: alexwarmane@gmail.com

problem, we will conjecture the solution presented by Meinong's theory of objects to such questions, contrasting it with the first theory, which proposes an analysis to show the true logical form of such propositions. After exposing the two theories and their different answers to the problem, we will see what are Russell's objections to the theory of objects, so that we can understand what were the difficulties raised by that which motivated the development of the theory of definite descriptions.

Keywords: Russell, definite descriptions, logic, existence, object.

Introdução

No ensaio *On Denoting*, o filósofo britânico Bertrand Russell (1872 – 1970) tratará do que ele chama de expressões denotativas, com maior preocupação acerca das descrições definidas. As expressões denotativas são os termos singulares que possuem algum tipo de quantificador, tais como: “todos os gatos”, “alguma cadeira”, “o atual leitor desse texto”, “um homem” etc. Em relação ao que essas expressões denotam, nós temos três tipos:

1ª) A expressão pode não denotar coisa alguma, como é o caso de “o melhor amigo vivo de Platão” e “todos os dinossauros vivos”;

2ª) A expressão pode denotar um objeto definido, como é o caso de “o presidente do Brasil”;

3ª) A expressão pode denotar de forma indefinida, como é o caso de “um aluno” e “alguma pessoa” ;

As descrições definidas, por sua vez, são as expressões denotativas que contêm um quantificador de unicidade, como acontece em “o atual leitor desse texto”, “a melhor sensação da minha vida”, “o gato que pertence à minha tia” etc. O uso estritamente correto dos artigos definidos nessas expressões dar-se-ia quando estas denotassem um objeto definido, ainda que seja comum haver casos em nosso dia-a-dia em que isso não acontece. É

importante ressaltar que expressões como “meu amigo”² e “esse gato” parecem também ser descrições definidas que estão com um artigo definido oculto, pois estamos a falar de “o meu amigo” e “o gato que está ali”; expressões essas que nitidamente parecem descrever um objeto definido.

A teoria da denotação, apresentada por Russell, considera que as expressões denotativas não têm um significado, mas as proposições cujas expressões verbais em que elas ocorrem são significantes e, portanto, as dificuldades relativas à denotação consistem justamente em análises inadequadas das proposições que contém essas expressões. A teoria da denotação propõe, então, um método de análise que consiste na explicitação da forma lógica das proposições que contém uma expressão denotativa. Para analisar adequadamente as expressões denotativas mais primitivas, isto é, *todos*, *nenhum* e *algum*, devemos interpretá-las do seguinte modo:

1ª) “F(*todos*)” = “Fx é verdade para *todo* x”;

2ª) “F(*nenhum*)” = “Fx é falso para *todo* x”;

3ª) “F(*algum*)” = “É falso que Fx é falso para *todo* x”;

As expressões “x” e “Fx” indicam aqui variável de argumento e variável de função proposicional respectivamente. O quantificador universal *todo* é tomado como indefinível e os outros dois são definidos a partir desse e da noção de negação. Se adotarmos uma representação em linguagem formal, obtemos o seguinte:

1ª) “F(*todos*)” = $\forall x(Fx)$;

2ª) “F(*nenhum*)” = $\forall x(\neg Fx)$;

3ª) “F(*algum*)” = $\neg \forall x(\neg Fx)$, ou, $\exists x(Fx)$;

Analisemos como a teoria de Russell se aplica às proposições “todo cisne é branco”; “nenhum cisne é branco” e “um cisne é branco”. Tomemos Cx = “x é cisne” e Bx = “x é branco”:

C1: “Todo cisne é branco” = “Bx é verdade para *todo* x se Cx” = $\forall x(Cx \rightarrow Bx)$;

C2: “Nenhum cisne é branco” = “Bx é falso para *todo* x se Cx” = $\forall x(Cx \rightarrow \neg Bx)$;

2 Russell não faz qualquer menção a referências ostensivas ou uso de pronomes possessivos como descrições definidas no *On Denoting*, isso parece ter sido um desenvolvimento posterior.

C3: “Um cisne é branco” = “É falso que Bx é falso para *todo* x se Cx” = $\neg\forall x(Cx \rightarrow \neg Bx)$;

A proposição “todo cisne é branco” pode também ser lida como “se algo é cisne, então é branco”, o que torna nítida a sua ocorrência por meio de uma condicional, e a proposição “um cisne é branco” está sendo interpretada como “algum cisne é branco”. A partir da noção de quantificação universal afirmativa e de negação, podemos definir a universal negativa e a existencial afirmativa. É importante notar que a pretensão dessa análise é de explicitar a forma lógica das expressões denotativas, que apenas aparentemente têm um significado e, portanto, a expressão desaparece quando é analisada.

Apesar da análise acima conseguir explicitar a forma lógica das expressões denotativas primitivas, o método exposto não é suficientemente capaz de analisar as descrições definidas, dado sua quantificação de unicidade. As descrições definidas se pretendem denotar um, e somente um, objeto. Uma expressão como “o rei do Sol” diz o mesmo que “um, e somente um, indivíduo é rei do Sol”, dado o caráter de unicidade do artigo definido “o”. As descrições definidas, quando ocorrem numa proposição que tem a aparente forma genérica de “S é P”, são uma conjunção de três proposições. Tomemos como exemplo a proposição R, tal que $R = \text{“o rei do Sol é velho”}$:

- (1) “Algum indivíduo é rei do Sol”;
- (2) “Somente um indivíduo é rei do Sol”;
- (3) “Qualquer indivíduo que é rei do Sol é velho”;

Essas três proposições conjuntamente parecem dizer o mesmo que a proposição R, que contém uma descrição definida. As proposições (1) e (2) restringem a quantificação a exatamente um indivíduo que é supostamente denotado pela descrição definida, enquanto a proposição (3) a predica. Se considerarmos $Sx = \text{“x é rei do Sol”}$ e $Vx = \text{“x é velho”}$ ao formalizarmos as sentenças, obtemos:

- (1) $\exists x(Sx)$;
- (2) $\forall x\forall y(Sx \rightarrow (Sy \rightarrow (x=y)))$;
- (3) $\forall x(Sx \rightarrow Vx)$;

A proposição R é a conjunção das proposições expressas (1), (2), (3) e, por isso, com o objetivo de obter a forma lógica de R , aplicaremos o método de derivação formal para obter tal conjunção através do sistema de regra de inferências, incluído as regras de derivação para quantificadores, que foram desenvolvidas muito depois da obra de Russell. Consideramos os caracteres “ r ” e “ p ” como constantes obtidas a partir das regras de instanciação existencial e instanciação universal, substituindo-as por “ x ” e “ y ” respectivamente:

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1. $\exists x(Sx)$; | P |
| 2. $\forall x\forall y(Sx \rightarrow (Sy \rightarrow (x=y)))$; | P |
| 3. $\forall x(Sx \rightarrow Vx)$; | P |
| 4. Sr | 1 (<i>Instanciação existencial</i>) |
| 5. $(Sr \rightarrow (Sp \rightarrow (r=p)))$ | 2 (<i>Instanciação universal</i>) |
| 6. $(Sr \rightarrow Vr)$ | 3 (<i>Instanciação universal</i>) |
| 7. $(Sp \rightarrow (r=p))$ | 4,5 (<i>Modus Ponnens</i>) |
| 8. Vr | 4,6 (<i>Modus Ponnens</i>) |
| 9. $((Sp \rightarrow (r=p)) \wedge Vr)$ | 7,8 (<i>Conjunção</i>) |
| 10. $(Sr \wedge ((Sp \rightarrow (r=p)) \wedge Vr))$ | 4,9 (<i>Conjunção</i>) |
| 11. $\forall y(Sr \wedge ((Sy \rightarrow (r=y)) \wedge Vr))$ | 10 (<i>Generalização universal</i>) |
| 12. $\exists x\forall y (Sx \wedge ((Sy \rightarrow (x=y)) \wedge Vx))$ | 11 (<i>Generalização existencial</i>) |

A partir da demonstração exposta, obtemos a conjunção das proposições (1), (2) e (3), ou seja, obtemos a forma lógica de R expressa do seguinte modo:

$$R: \exists x\forall y (Sx \wedge ((Sy \rightarrow (x=y)) \wedge Vx))$$

Sendo R a conjunção das proposições (1), (2) e (3), basta que uma destas seja falsa para que R também o seja. Se “o rei do Sol” não denotar nenhum objeto, a proposição (1) será falsa, já que ela afirma que há pelo menos um indivíduo que é rei do Sol. Não obstante, se a descrição denotar dois objetos ou mais, ou seja, se a descrição denotar de forma não definida, a proposição (2) seria falsa, já que ela diz que somente um indivíduo pode ser descrito como “rei do Sol”. Já a proposição (3) seria falsa se algum indivíduo descrito como “rei do Sol” não

fosse velho, negando a condicional expressa nessa proposição. É desse modo que Russell, a partir de uma noção da forma lógica das descrições definidas, responde aos problemas ontológicos da referência de objetos não-existentes e das proposições existenciais negativas.

O debate acerca da referência de objetos não-existentes e das proposições existenciais negativas concerne ao fato de que algumas proposições constituídas da forma genérica “S é P”, isto é, sujeito-predicado, parecem ignorar a lei do terceiro excluído³ ou a lei de não-contradição⁴, consideradas leis indubitáveis dentro dos sistemas da lógica clássica. As proposições que se referem a objetos que não existem parecem consistir numa recusa à lei de que as proposições devem ser verdadeiras ou falsas, ao passo que as proposições existenciais negativas seriam paradoxos que levariam a contradições.

Para melhor compreensão da dificuldade no que concerne à referência de objetos não-existentes, tomemos como exemplo a proposição “o pinguim falante é alado” como P é A , onde P significa “o pinguim falante” e A significa “alado”. Se a proposição P é A é significante, como parece ser, então seus constituintes devem também ser. O sujeito P não parece denotar nenhum objeto existente no nosso mundo e, conseqüentemente, não tem referência. Se não existe um referente para a expressão P , não poderíamos predicar nada a respeito dele, já que esse não existe. Portanto, P é A seria falso, já que não podemos predicar algo que não existe. Contudo, se é falso que “o pinguim falante é alado”, deveria ser verdadeiro que “o pinguim falante não é alado”. Mas a dificuldade surge a partir do momento que estamos atribuindo ainda um predicado a P e esse seria a propriedade de que ele não é alado. Se pudéssemos obter a lista de todas as criaturas aladas e de todas as criaturas não aladas, não encontraríamos nenhum pinguim que fala. Portanto, a proposição “o pinguim falante é alado” parece causar dificuldades à lei do terceiro excluído, já que não podemos dizer que se o pinguim falante é alado ou não, o que nos faria recorrer, *prima facie*, a uma terceira opção.

Agora tomemos como exemplo a proposição L como “o monstro do lago Ness não existe”, visando analisar o problema relativo às proposições existenciais negativas. O sujeito da proposição L , isto é, “o monstro do lago Ness” parece não se referir a qualquer objeto

3A lei do terceiro excluído diz que, grosso modo, uma proposição é verdadeira ou falsa, não sendo possível um terceiro valor.

4A lei de não-contradição é a de que, grosso modo, uma proposição não pode ser verdadeira e falsa em um mesmo aspecto e de um mesmo modo. Apesar do extenso debate acerca desses princípios, sejam lógicos, ontológicos ou semânticos, não é interessante para nós que entremos em mais detalhes.

existente e, portanto, é um sujeito sem referência. Sendo um sujeito que denota um objeto não-existente, não pode haver um predicado sobre ele, caso contrário tal objeto existiria enquanto objeto denotado por uma expressão que está sendo predicada. Portanto, se *L* é verdadeira, não pode ser uma predicação para o sujeito “o monstro do lago Ness”, já que assim esse existiria enquanto objeto denotado, o que implicaria que *L* é falsa. Se *L* é falsa, então “o monstro do Lago Ness” existe, o que não é verdade, já que o sujeito dessa proposição se refere a algo não-existente e, portanto, *L* seria verdadeira, já que é justamente isso que ela afirma. A contradição está no fato de que *L* é falsa se for verdadeira e é verdadeira se for falsa, ou seja, *L* é verdadeira se, e somente se, *L* é falsa, o que implicaria em uma nítida recusa ao princípio de não-contradição.

Uma das principais respostas ao problema relativo às proposições existenciais negativas e às que se referem a não-existentes é do filósofo austríaco Alexius Meinong (1853 – 1920), que propôs uma divisão ontológica dos objetos.

Segundo Janet Farrell Smith⁵ (1941 – 2009), a teoria meinongiana dos objetos categoriza os objetos em existentes (*existieren*), subsistentes (*bestehen*) e os que são não-existentes e não-subsistentes (*ausserseind*). Os objetos existentes são, por exemplo, aqueles que estão no espaço-tempo. Os objetos subsistentes são os que, apesar de não existirem, ainda possuem ser, como as abstrações. Os objetos não-existentes e não-subsistentes são aqueles que não podem ser designados como entes, mas que estão “além de ser e não ser”. Desse modo, expressões como “a montanha dourada”, “o círculo quadrado”, “o pinguim falante” etc., denotam um objeto mesmo que este não exista, não subsista ou seja impossível, como é o caso do “círculo quadrado”. Tais coisas podem ainda ser objetos pois possuem algum tipo de propriedade, o que lhes garante algum tipo de ser. Um objeto impossível é aquele que tem a propriedade da impossibilidade, o que lhe garante ser impossível, ou seja, o que lhe garante ser algo. Portanto, se a não-subsistência e a não-existência são propriedades de algo, este algo é um objeto e pode ser referido através de uma expressão. Desse modo, é verdade dizer que “há objetos em que é falso assumir que são objetos”, pois tais objetos tem a propriedade de falsidade quando são assumidos como objetos e, contudo, são objetos.

5A dificuldade de acesso em relação às traduções da obra original de Meinong nos obrigou a utilizar diversos textos escritos por comentadores para tentar reformular a teoria dos objetos que ele apresenta em seu texto, o que dificulta uma abordagem precisa acerca de como filósofo se expressou em seus termos. Além do texto de Smith, foram usados como base os textos de William G. Lycan, Kenneth J. Perszyk e o próprio *On Denoting*.

A distinção estabelecida pela teoria dos objetos de Meinong responde ao problema da referência quando aceita que objetos não-existentes e até mesmo impossíveis e possuem alguma espécie de ser, podendo ser denotados através de uma expressão. Desse modo, o sujeito da proposição “o pinguim falante é alado” denota um objeto que apesar de não existir pode ser denotado. Contudo, apesar de “o pinguim falante” denotar um objeto, esse objeto é não-existente e, por isso, é indeterminado em relação a algumas propriedades a respeito de ser ou não ser, como de ser ou não ser alado. Por esse motivo não podemos dizer que a proposição “o pinguim falante é alado” é verdadeira ou falsa, mas que consiste, na verdade, em uma terceira opção. Portanto, P é A não é nem verdadeira nem falsa, já que o sujeito P é indeterminado em relação ao predicado A .

A solução meinongiana ao problema concernente às proposições existenciais negativas é de que é possível que objetos não-existentes sejam sujeitos lógicos de proposições e que podemos corretamente predicar deles a sua propriedade de não-existência. Portanto, proposições como “o monstro do lago Ness não existe” são verdadeiras, já que contém uma expressão que denota um objeto e o predica com a negação de sua existência, ou seja, afirmando a sua propriedade de não-existência.

A teoria das descrições definidas difere da proposta da teoria dos objetos a partir do momento em que diferencia o sujeito lógico do sujeito gramatical. As expressões denotativas, apesar de serem os sujeitos gramaticais das sentenças em que ocorrem, ocultam o verdadeiro sujeito lógico, que será explicitado a partir da análise proposta pela teoria das descrições definidas. Proposições como “o pinguim falante é alado” e “o monstro do lago Ness não existe” necessitam de uma análise adequada para que sua forma lógica venha à tona.

A teoria de Russell propõe uma distinção entre o sujeito lógico e o sujeito gramatical. As expressões denotativas, apesar de serem os sujeitos gramaticais das sentenças em que ocorrem, ocultam o verdadeiro sujeito lógico, que será explicitado a partir da análise proposta pela teoria das descrições definidas. Proposições como “o pinguim falante é alado” e “o monstro do lago Ness não existe” necessitam de uma análise adequada para que sua forma lógica venha à tona.

Se analisarmos do modo proposto pela teoria russelliana, a proposição P é A é falsa, já que ela é a conjunção das proposições “algum indivíduo é pinguim falante”, “somente um

indivíduo é pinguim falante” e “qualquer indivíduo que é pinguim falante é alado” e basta que umas destas seja falsa para que $P \text{ é } A$ também o seja. Tomemos Px como sendo “ x é pinguim falante” e Ax como “ x é alado”:

$$P1: \exists x(Px);$$

$$P2: \forall x \forall y (Px \rightarrow (Py \rightarrow (x=y)));$$

$$P3: \forall x (Px \rightarrow Ax)$$

$$P \text{ é } A: \exists x \forall y (Px \wedge ((Py \rightarrow (x=y)) \wedge Ax))$$

A partir dessa análise fica evidente que $P \text{ é } A$ é falsa, dado que a proposição em P1 não é o caso. Contudo, a afirmação de que “o pinguim falante não é alado” permaneceria falsa, já que a negação incide não na expressão denotativa, mas em seu predicado. A negação de uma proposição que contém uma expressão denotativa pode ser de primeira ou de segunda ocorrência, o que influi diretamente no valor-verdade da proposição.

Para determinar qual é a verdadeira negação de uma proposição que, contém uma expressão denotativa, não denotando objeto definido algum, é necessário distinguir entre as negações de primeira ocorrência e segunda ocorrência. Quando a negação incide à frente da expressão denotativa, ela é de segunda ocorrência; quando incide à frente do predicado, de primeira ocorrência. Portanto, no caso proposição $P \text{ é } A$, a negação na proposição “o pinguim falante não é alado” é de primeira ocorrência e em “não é o caso que o pinguim falante é alado”, de segunda. Quando a negação é de primeira ocorrência, ela é falsa, ao passo que quando a negação é de segunda ocorrência, é verdadeira. Ao formalizarmos ambos os tipos de negação, obtemos o seguinte:

$$1^a) \text{ Negação de primeira ocorrência: } \exists x \forall y (Px \wedge ((Py \rightarrow (x=y)) \wedge \neg Ax))$$

$$2^a) \text{ Negação de segunda ocorrência: } \neg \exists x \forall y (Px \wedge ((Py \rightarrow (x=y)) \wedge Ax))$$

No primeiro caso, a proposição permaneceria falsa, já que a negação incide apenas no Ax , mantendo a afirmação “algum indivíduo é um pinguim falante”, que é falsa. No segundo caso temos a negação de toda a conjunção expressa através da forma lógica de $P \text{ é } A$, e, sendo $P \text{ é } A$ falsa, sua negação seria verdadeira. Nota-se que a correta negação de $P \text{ é } A$ é a que

incide em toda a conjunção, ou seja, a de segunda ocorrência. Portanto, as proposições “o pinguim falante é alado” e “o pinguim falante não é alado” são ambas falsas, mas uma não é a correta negação da outra, não implicando em uma exceção à lei do terceiro excluído, mas apenas no resultado de uma análise incorreta da forma lógica da proposição P é A .

Do mesmo modo que se dá a negação de segunda ocorrência, a proposição “o monstro do lago Ness não existe” é verdadeira, já que nega que exista um objeto definido denotado por “o monstro do lago Ness”; todavia, isso não significa que estamos predicando tal objeto com a propriedade de não-existência. Nesse caso, não se trata atribuição da propriedade de não-existência ao objeto, mas a negação da conjunção das proposições que surgem a partir da análise adequada da descrição definida “o monstro do lago Ness”. Se tomarmos Nx como o mesmo que “ x é monstro do lago Ness”, a forma lógica da proposição L seria a seguinte:

$$L: \neg \exists x \forall y (Nx \wedge (Ny \rightarrow (x=y)))$$

Na notação acima, o símbolo de negação incide no quantificador existencial, e não em um suposto predicado que aparecesse em uma função, como Ex tal que significaria “ x existe”. Desse modo, a existência e a não-existência devem ser assumidas não como predicados, mas como quantificadores que tem algum comprometimento ontológico. Quando dizemos que “algum homem é mortal” estamos assumindo que existe um homem, e que ele possui a propriedade de imortalidade. Contudo, o termo “mortal” é o predicado dessa proposição, ao passo que “algum” denota a existência de pelo menos um indivíduo, o que não parece implicar em uma propriedade no mesmo sentido do primeiro termo.

A solução russelliana do problema ontológico e linguístico, proveniente das proposições que se referem a objetos não-existentes e das proposições existenciais negativas, é a proposta de um método de análise da verdadeira forma lógica de tais proposições. Portanto, a teoria das descrições definidas, a partir de considerações lógicas e semânticas, responde a problemas de ordem metafísica, tais como a questão concernente ao ser de supostos objetos não-existentes, presumindo que uma correta análise linguística seria suficiente para explicitar a verdadeira forma lógica das proposições que contêm expressões denotativas que não denotam objeto definido. Por esse motivo, o filósofo britânico contrapõe a sua teoria à de Meinong, com o objetivo de mostrar que a desse, ao tentar resolver alguns aparente paradoxos, acaba criando outros. Para Russell, a teoria dos objetos acaba custando

muito caro, já que aceita que há objetos em que a lei de não-contradição e do terceiro excluído não se aplicam, tais como o “o círculo quadrado”, “o objeto que não é objeto”, etc. Desse modo, a classificação proposta pelo filósofo austríaco leva a análises incorretas de como seria a verdadeira forma lógica das descrições definidas e, por conseguinte, a enganos a respeito do valor-verdade das proposições que as contêm. A resposta ontológica que envolve um “reino dos entes não-existentes” acaba gerando dificuldades ao tentar dar uma resposta a questões que exigiam apenas uma correta análise lógica e semântica das expressões denotativas que quantificam unicidade.

Referências bibliográficas

LYCAN, W. G. Part I: Reference and referring. In: LYCAN, William G. *Philosophy of Language: a Contemporary Introduction*. 2. ed. New York: Routledge, 2008. cap. 2, p. 9-29.

PERSZYK, J. K. *Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy*. Dordrecht: Springer, 1993.

RUSSELL, Bertrand. “On Denoting”. *Mind*, v. 14, p. 479 – 493. Oxford: Oxford University Press, 1905.

SMITH, J. F. “The Russell-Meinong Debate”. *Philosophy and Phenomenological Research*. v. 45, no. 3, p. 305-350, Mar., 1985.